

# A política de Cooperação Internacional Portuguesa na vanguarda do setor educativo em Cabo Verde, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau: 1998-2008

Raquel Faria

## Resumo

A presente comunicação tem como objetivo dar a conhecer um dos resultados a que nos foi permitido chegar através do projeto de investigação, intitulado Dez anos de Cooperação Portuguesa (1998-2008): Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe.

Assim, e sendo a Cooperação para o Desenvolvimento um “campo” de conhecimento capaz de se articular com o impacto da aplicação das políticas públicas, a investigação procurou conceptualizar as variáveis que enformam o sistema da Cooperação nacional de modo a, numa fase posterior, construir um modelo que permita analisar a política de Cooperação nas suas áreas de atuação.

Para proceder ao início dessa modelização, foi necessário categorizar os diversos projetos financiados pelo IPAD (presentes no DR), o que nos permitiu observar que em relação aos países em estudo, Portugal cumpre, com uma das prioridades da política de Cooperação: desenvolver e potenciar as infraestruturas necessárias ao nível da educação (38% dos financiamentos).

## I. Introdução

Com o surgimento do Plano Marshall (1974), a Cooperação para o Desenvolvimento assumiu uma preponderância central no desenvolvimento de uma grande parte dos países em vias de desenvolvimento. Foi com esse mesmo plano, que os EUA e a Europa conheceram novas políticas direcionadas para a Cooperação. Essas, traduziram-se em fluxos de natureza monetária e foram implementadas por um amplo conjunto de organizações, que com o decorrer de todo o processo de aplicação, vieram a assumir posições e funções determinantes no domínio da Cooperação para o Desenvolvimento. O pensamento inerente ao crescimento e desenvolvimento assentava, sobretudo, nas teorias que constituíram o consenso internacional na altura: as teorias de crescimento económico de Keynes e as teorias de modernização que partiam do pressuposto de que o Estado devia ser o responsável pela intervenção no desenvolvimento num determinado contexto, de um dado país, criando, assim os meios necessários para que todo o capital acumulado contribuísse para o desenvolvimento do mesmo.

Considerando que “ (...) uma política de Cooperação deve basear-se, numa política de desenvolvimento, numa visão de quais são as condicionantes que constroem e as condições e mecanismos que favorecem a sua promoção, quer ao nível global, quer ao nível dos países com os quais se coopera e das regiões onde estes se inserem (...) ” (Pereira, Luísa, et. al. (2005:10), o projeto de investigação sobre o qual se alicerçou a presente comunicação, desenvolveu-se com o intuito de averiguar quais as variáveis subjacentes à política de Cooperação para o Desenvolvimento, fomentadas pelos diferentes governos constitucionais portugueses no período de 1998-2008.

O estudo dessas variáveis, visa o desmembramento das mesmas em duas vertentes: variáveis quantitativas e variáveis qualitativas, em que toda e qualquer variável que seja suscetível de ser transformada em quantitativa sê-lo-á, permitindo assim, dar passos no conhecimento necessário para a criação de um modelo de Cooperação.

Constituiu, assim, como objetivo central de toda a investigação dar os primeiros passos na modelização da Cooperação nacional em parceria com Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Moçambique.

É importante salientar que, países como Timor<sup>1</sup> e Angola<sup>2</sup> não foram considerados por motivos históricos que levariam a que as redes de Cooperação tivessem de ser abordadas de forma diferenciada (o que seria impraticável tendo em conta o limite temporal para concretização da investigação). É expectável assim, transformar variáveis qualitativas em quantitativas, de modo a que toda a análise subjacente à temática da Cooperação e suas políticas nos diversos setores seja mais objetiva permitindo, deste modo, analisar e avaliar os resultados das políticas de Desenvolvimento e Cooperação promovidas pelo governo de uma forma prática e dinâmica, não ficando apenas por uma abord-

1 O tempo que esteve ocupado e os altos níveis de destruição (infraestruturas e recursos humanos).

2 Guerra Civil e o petróleo.

agem meramente teórica. Tem-se todavia consciência que existem variáveis que, pela sua natureza, ficarão de fora desta metodologia – como se quantifica o efeito da solidariedade na identidade de um país? – mas é nossa convicção que o conhecimento sobre a Cooperação, mesmo assim melhorará.

## II. A política de Cooperação Portuguesa

Após a revolução dos Cravos, 25 de abril de 1974, a política de Cooperação Portuguesa assumiu uma tipologia descentralizada, permanecendo assim, um modelo de Cooperação descentralizada durante trinta e cinco anos. Apenas em 1985, quando se criou a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação com o governo de Nobre da Costa, foi possível observar o início do desenvolvimento de um programa de Cooperação.

A política de Cooperação nacional mantém-se em todo o período como uma das vertentes da política externa nacional, e segue linhas de atuação que visam sobretudo a paz, o espírito de solidariedade entre os povos, o estabelecimento e a consolidação de um regime político democrático em todos os países, independentemente da sua cultura, religião ou etnia. Procura acima de tudo o respeito pelos direitos do homem em qualquer circunstância, assim como a promoção da língua portuguesa e a proteção do meio ambiente.

Para além das linhas de atuação e características identificadas, a política de Cooperação nacional faz-se acompanhar pelos seguintes objetivos: reduzir os níveis de pobreza; reforçar o sistema democrático e o Estado de Direito; estimular o crescimento económico; promover o diálogo e integrações regionais, assim como uma parceria europeia para o desenvolvimento humano (Sangreman, C. (2007)).

É importante salientar que desde a revolução de 1974, duas grandes e importantes características permanecem no domínio da Cooperação Portuguesa: a relação com os Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) de forma a ajudá-los nas mais diversas áreas e a tipologia descentralizada.

Essa mesma relação, não surgiu por acaso, estando muito associada ao processo de independência das colónias. Por isso é que se afirma que, o “fracasso” de Portugal relativamente à capacidade de desenvolver e fomentar um processo pacífico de independência das mesmas colónias, após 1974, foi um dos motivos que levou Portugal a alicerçar a concentração de ajudas no apoio às mesmas.

Em 1999, com a portaria n.º43/99 do Conselho de Ministros foi aprovada “A Cooperação Portuguesa no limiar do século XXI”, cujo principal objetivo estratégico apontado e até hoje prevalecente era o de “(...) saber articular nos planos político, económico e cultural, a dinâmica de constituição de uma comunidade, estruturada nas relações com os países e as comunidades de língua portuguesa no mundo, e de reaproximação a outros povos e regiões (...)” (Documento citado).

Mediante esse objetivo, assistiu-se ao surgimento de novos instrumentos de apoio: os Programas Indicativos de Cooperação (PIC), os Programas Integrados de Cooperação, as Delegações Técnicas de Cooperação, Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento (APAD). Tal portaria foi seguida em 2005 por uma RCM “A visão estratégica para a Cooperação Portuguesa” que manteve o essencial da anterior e criou novos instrumentos institucionais.

O balanço da mesma, feito em finais da legislatura (MNE, 2009) reclama um progresso sem precedentes na política da área. Os governos em 2002 e 2003 extinguiram a APAD e voltaram ao modelo de um único instituto para coordenar a cooperação (IPAD) retomando a cultura administrativa da Direção Geral.

A descentralização por que se pauta a política de Cooperação, tem conduzido a um aumento do número de atores que podem assumir a forma de ONG, de Municípios, de Ministérios, Tribunais, Universidades, Fundações, ....

Assim, estruturalmente a Cooperação nacional, mudou alguma coisa nos últimos cinco anos, mas não muito. O aumento da cooperação multilateral em detrimento da bilateral, tendo a primeira uma média de 44 % do orçamento com a União Europeia como principal destinatário e como consequência o Ministério das Finanças tem a execução da maioria do orçamento (OCDE, 2010) e não o MNE. Foram criados instrumentos de relação com a sociedade civil, o Fórum da Cooperação para o Desenvolvimento e com o público estudantil com o programa de estágios INOV Mundus que também contribuíram para as transformações estruturais.

### **III. A política de Cooperação Portuguesa e o setor educativo de Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe (1998-2008): investigação**

Como já referido, a política de Cooperação Portuguesa estabeleceu como grandes linhas prioritárias e enquadrado na prioridade “estimular o crescimento económico” encontra-se, claramente, o setor educativo. E, é precisamente nesse sentido que Elisabete Palma (2004) menciona que “ (...) A diplomacia e a projeção cultural são dois setores abrangidos pela Cooperação para o Desenvolvimento, dimensão indispensável da política externa portuguesa. Desta forma a educação, com destaque para programas e projetos dirigidos ao ensino e difusão da língua portuguesa, e a formação, estão no topo das listas prioritárias de intervenção no domínio da Cooperação portuguesa (...)”<sup>3</sup>.

Face a esta mesma afirmação, não podíamos estar mais de acordo, já que a nossa investigação isso o confirmou.

#### **Mas e como chegamos a esses resultados?**

3 Excerto retirado do site Janus on-line, disponível no link (acedido a 28 de março de 2011): [http://www.janusonline.pt/2004/2004\\_2\\_10.html](http://www.janusonline.pt/2004/2004_2_10.html)

De forma a se tornar claro o processo de investigação, consideramos importante explicar as fases da mesma. Assim, numa fase inicial e tendo por base a informação constante nos quadros do DR, relativos aos financiamentos concedidos pelo IPAD, pretendíamos chegar a uma função do tipo  $f(x)=(x_1, x_2, x_3)$  em que  $x_1$  e  $x_2$  são variáveis que articulamos numa função. Ou seja, são os setores de atividade da Cooperação que são operacionalizáveis atribuindo-lhes a verba concedida pelo IPAD.

As prioridades são os parâmetros da função. Ou seja, são as variáveis que são determinadas de forma exógena ao modelo. Isto é, são determinadas pela política de Cooperação.

Dessa forma, e tendo em conta as características do modelo CATWOE e do Modelo de Estratégia de Atores, consideramos que o primeiro seria o modelo mais adequado, já que a partir das componentes do mesmo, todo o processo de definição, identificação dos atores, intervenientes, beneficiários, principais áreas de atuação, etc., da política de Cooperação Portuguesa torna-se mais claro e objetivo.

Por outro lado, e devido às características que o modelo de Estratégia de Atores contempla, a sua aplicabilidade no presente objeto de estudo não seria possível, dadas as suas etapas/fases de desenvolvimento que não contemplam a modelização da Cooperação Portuguesa, nomeadamente: “ (...) a realização de entrevistas semi-diretivas; construção de sinopses e análise de conteúdo das entrevistas; a construção de um quadro de estratégia de atores;... (...) ” (Pere-strelo, M.; Caldas, J. (1996: 87)).

Obviamente que a estas fases acrescem muitas outras, mas de forma a não tornar a análise tão exaustiva, procedemos à seleção das que consideramos serem essenciais para a justificação da “não utilização” deste modelo. Assim, e tendo em conta que a construção de um modelo de avaliação relativa aos financiamentos concedidos e presentes no DR e a sua comparação com as estratégias definidas ao nível da Cooperação, a realização de entrevistas seria de todo um método desnecessário, já que o nosso processo de investigação não se baseou num trabalho de campo em que temos de aplicar entrevistas a diversos organismos e entidades, mas antes numa análise exaustiva dos quadros do DR relativos a 1998-2008, aos planos de governo e documentos estratégicos no âmbito da política de Cooperação.

Uma vez impossibilitada a aplicação de entrevistas, a análise das mesmas seria impossível. Por outro lado, o facto dos diversos atores presentes nos já referidos quadros não se direcionarem apenas para uma área específica, ou seja, tanto podem desenvolver esforços no âmbito da educação, como na saúde, ..., leva a que a elaboração quadro de atores e suas estratégias seja difícil criar, dado que as suas áreas de intervenção durante os anos se vão alterando ou agregando-se a outras áreas. Aliás, verifica-se em grande parte dos quadros do DR que existem organismos que tanto recebem financiamentos para áreas diretamente relacionadas com a educação, como com a saúde e com o próprio desenvolvimento dos países beneficiários (países em estudo).

Para adotarmos o Modelo dos Atores como referência, teríamos de caracterizar a cultura organizacional de cada tipo de atores na Cooperação Portuguesa e a sua evolução ao longo dos anos. Essa metodologia corresponderia a outra via para modelizar estas atividades e não a que escolhemos para esta investigação.

Assim, e tendo como base o modelo selecionado (CATWOE), identificamos de acordos com as suas características, as seguintes partes que enformam todo o processo associado à temática da modelização da Cooperação Portuguesa:

- *Customer*: Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde;
- *Ator*: IPAD, ONG em sentido lato, governos dos países, associações, ...;
- *Environment*: Cooperação portuguesa como principal, europeia e mundial como secundária;
- *Owner*: MNE/IPAD e as grandes fundações;
- *Transformation*:

– **Input**: variáveis quantitativas; variáveis qualitativas; financiamentos apresentados nos DR; prioridades da Cooperação portuguesa;

– **Output**: Conjunto de atividades modelizadas que correspondem às prioridades definidas pela Cooperação Portuguesa.

A partir da relação funcional estabelecida e todo o ambiente envolvente da política de Cooperação, o processo de transformação de variáveis qualitativas em quantitativas tendo em conta os financiamentos presentes nos quadros do DR e as prioridades estabelecidas pelos diversos governos constitucionais portugueses até aos dias de hoje no domínio da Cooperação nacional (*input*), conduzirá à criação de um modelo capaz de avaliar esses mesmos financiamentos em detrimento das já referidas prioridades. Independentemente do modelo CATWOE não salientar nenhuma das suas componentes de forma específica e particular, mediante o trabalho de investigação até então desenvolvido, ariscamos afirmar que o processo de transformação (*transformation*) e os países beneficiários (*customer*), bem como os configuradores do sistema (*owner*) são os que assumem principal relevo no âmbito desta temática. Dado que, são esses mesmos que estão diretamente relacionados com o objetivo final: averiguar se é possível construir um modelo que avalie se os financiamentos da Cooperação Portuguesa com fundos públicos, são coerentes com a política nacional e internacional (Europeia) e com as prioridades definidas pela Cooperação Portuguesa.

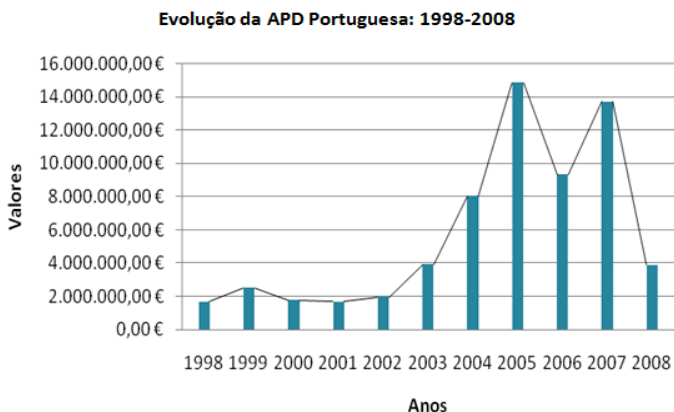
Face ao exposto e após uma análise detalhada dos quadros do DR, ao nível dos subsídios atribuídos pelo IPAD, decidimos agrupar os diversos projetos em variáveis específicas (educação, saúde, indústria, administração pública, serviços, agricultura, energia, saneamento básico, água, ...) de forma a agregarmos toda a informação. Informação essa, que nos permitirá, numa fase posterior, retirar conclusões relativas às principais áreas de atuação da política de Cooperação Portuguesa em relação às prioridades estabelecidas.

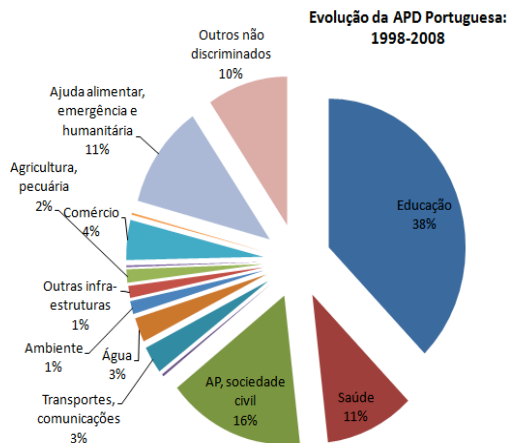
Esquematizando, o agrupamento de variáveis foi desenvolvido nos seguintes moldes, tendo por base a obra editada pelo MNE (1995) “Dez anos de Cooperação”:

Variáveis
<b>I. Serviços e infra-estruturas sociais</b>
1. Serviços e Investimentos na Educação/Formação
2. Saúde
3. Administração Pública e Serviços, Desenvolvimento e Planeamento Social e Sociedade Civil
<b>II. Serviços, infra-estruturas e infra-estruturas económicas</b>
1. Transportes, Comunicações e Comunicação Social
2. Energia
3. Água e Saneamento
4. Ambiente
5. Outras Infra-estruturas (jardins, parques, praças, estradas...)
<b>III. Serviços produtivos</b>
1. Agricultura, Pecuária
2. Indústria
3. Comércio e Actividade Bancária
4. Turismo
5. Outros
<b>IV. Ajuda alimentar, humanitária e de emergência</b>
<b>V. Outros e não discriminados</b>

De salientar que, independentemente da Ajuda Alimentar, Humanitária e de Emergência não ser Cooperação, decidimos criar uma variável que a agru-  
passe, dado que em determinados anos (2004 e 2005), foi precisamente o volu-  
me de ajuda concedido nessa área, que levou a um aumento da Cooperação  
nacional no período de 1998-2008, como poderá observar no gráfico seguinte.

### 1. Gráficos da Evolução da Ajuda Pública ao Desenvolvimento Portuguesa (1998-2008)





A partir destes dois gráficos, particularmente com o segundo, é inevitável não chegarmos à conclusão de que a política de Cooperação nacional, se encontra na vanguarda do setor educativo nos países em estudo. Sendo que, os financiamentos concedidos assumiram a forma de reabilitação de infraestruturas, de escolas, de cursos de educação e formação profissional, bibliotecas e redes de mediatecas, bolsas de estudo, seminários e ações de formação, protocolos entre universidades, oferta de material e equipamento escolar, entre muitos outros.

## IV. Conclusão

A investigação apresentada teve como principal objetivo, o início da modelização da Cooperação Portuguesa pela transformação de variáveis qualitativas em quantitativas de forma a articular todos os dados presentes nos quadros de financiamento concedidos pelo IPAD, publicados no DR. Foram desenvolvidos esforços no sentido de agrupar todos os projetos, financiamentos concedidos ao nível da APD bilateral (portuguesa) em variáveis, que são, claramente, o ponto de partida para a criação do modelo econométrico. Em todo o processo de agrupamento de variáveis e análise da Cooperação nacional, utilizamos como modelo de análise o CATWOE.

Face ao exposto e conforme nos foi possível observar ao longo do trabalho, a política de Cooperação Portuguesa desde cedo estabeleceu como prioridade central os PALOP, devido às relações privilegiadas em termos socioculturais e históricos, definindo dessa forma, objetivos e prioridades ao nível da educação, da economia, da diminuição dos níveis de pobreza, da própria sociedade civil, da saúde, de infraestruturas ao nível de abastecimento de água e redes de saneamento básico essenciais a condições mínimas de vida.

Contudo, esses mesmos objetivos têm vindo a sofrer alterações nos últimos anos do período em estudo, que se traduzem num valor cada vez menor ao nível da APD concedida pelo Estado português à Guiné-Bissau, a Cabo Verde,



a Moçambique e a São Tomé e Príncipe.

Tais alterações, foram passíveis de serem observadas ao longo de uma extensa e profunda análise dos quadros de financiamento concedidos pelo IPAD. Análise essa, que foi dificultada pela impercetibilidade subjacente a alguns projetos, por não se encontrarem discriminados com informação suficiente para permitir identificar quais os objetivos que preconizavam, o setor alvo de intervenção, pelo que não puderam ser agrupados em variáveis específicas, mas numa variável designada por “outros não discriminados”.

Não obstante essa impercetibilidade, e apesar de, como já verificamos o volume da APD ter vindo a diminuir, a política de Cooperação nacional tem estado na vanguarda do setor educativo nos países em estudo, onde 38 % da APD portuguesa é direcionada para esse fim, em relação a 16%, por exemplo, dos financiamentos concedidos na área da Administração Pública e os serviços por esta assegurados ao nível do desenvolvimento e do planeamento social, assim como da própria sociedade civil.

É, efetivamente, um valor que denota a preocupação e, sobretudo, o empenho do nosso país em contribuir para um sistema educativo cada vez mais desenvolvido das nossas ex-colónias africanas, até porque a garantia de serviços base na área da educação, permitirá alcançar, a médio e a longo prazo um desenvolvimento do ponto de vista económico-social sustentável e duradouro.

É desta forma que, afirmamos de forma clara e inequívoca a presença da Cooperação Portuguesa ao nível do setor educativo dos países analisados.

## V. Bibliografia

ACEP (1999). *As ONG dos países de língua oficial portuguesa na luta contra a pobreza pelo bem-estar e a cidadania*, Lisboa, ACEP;

Barroso, José Durão (1990). *Política de Cooperação*, Biblioteca diplomática, Lisboa, MNE;

Bergvall-Kareborn, Birgitta et al. (2003). “Reflections on CATWOE, a soft systems methodology technique for system design”. *Proceedings of the 9th annual CPTS Working Conference*, Manchester, University of Salford;

Degnbol-Martinussen, J.; Engberg-Pedersen, P. (2003). *AID Understanding International Development Cooperation*, Denmark, ZED Books Ltd.;

IPAD (2008). *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*, Lisboa, IPAD;

MNE (1995). *Portugal: dez anos de Política de Cooperação*, Lisboa, MNE;

Montalvão, Tânia (2005). *A Cooperação para o Desenvolvimento, análise dos modelos português e irlandês*, Lisboa, IPAD;

Moreira, Sandrina (2005). *Ajuda Pública ao Desenvolvimento e crescimento económico*, Lisboa, IPAD;

Nations Unies (2003). *Le Développement Économique en Afrique – Résultats Commerciaux et Dépendance à l’Égard des Produits de Base*, New-York et Genève, Nations Unies;

Palma, Elisabete (2006). *Cultura, Desenvolvimento e Política Externa: Ajuda Pública ao Desenvolvimento nos Países Africanos Lusófonos*, Coleção Biblioteca Diplomática do MNE – Série D, Portugal, Lisboa, MNE;

Palma, Elisabete (2004). “Diplomacia, projeção cultural e APD”. *Janus online*, disponível no link (acedido a 28 de março de 2011): [http://www.janusonline.pt/2004/2004\\_2\\_10.html](http://www.janusonline.pt/2004/2004_2_10.html)

Perestrelo, M.; Caldas, J. (1996). “Estratégia de atores. Prospetiva e Avaliação”. *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 22 (número temático sobre Metodologias de Avaliação), pp. 81-94;

IPAD (2008). *PIC Portugal/Guiné-Bissau (2008-2010)*, Lisboa, IPAD;

IPAD (2008). *PIC Portugal/S. Tomé e Príncipe (2008-2011)*, Lisboa, IPAD;

IPAD (2008). *PIC Portugal/Cabo Verde (2008-2011)*, Lisboa, IPAD;

IPAD (2007). *PIC Portugal/Moçambique (2007-2009)*, Lisboa, IPAD;

IPAD (2005). *PIC Portugal/Cabo Verde (2005-2007)*, Lisboa, IPAD;

IPAD (2005). *PIC Portugal/S. Tomé e Príncipe (2005-2007)*, Lisboa, IPAD;

IPAD (2004). *PIC Portugal/Moçambique (2004-2006)*, Lisboa, IPAD;

Renard, Robrecht (2006). *The Cracks in the New Aid Paradigm*, Belgium, Institute of Development Policy and Management;

Riddell, Roger C. (2007). *Does foreign aid really work?*, London, Oxford;

Sangreman, Carlos (2009) *A Cooperação Descentralizada e as dinâmicas em países africanos – os casos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau*, Lisboa, CEsa e ACEP;

Sangreman, Carlos (2007). *A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento em Portugal: Portugal e APD*, Aveiro, Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas - Universidade de Aveiro;

Teixeira, Nuno Severino (1996). “Entre África e a Europa: política externa portuguesa, 1890-1986”. *Política Internacional*, vol. 1, n.º 12, pp. 55-86;

Torres, Adelino (1998). *Horizontes do Desenvolvimento Africano No limiar do Século XXI*, Lisboa, Vega Universidade;

Wall, David (1973). *The Charity of Nations. The Political Economy of Foreign Aid*, London, Macmillan Press Ltd.

## Anexo I. Lista de datas dos Diários da República com quadros de subsídios concedidos pela estrutura central da Cooperação

Datas	Listagem
01-04-1998 (DR II S.n.º 77)	Mapa n.º 18/1998
26-09-2008 (DR II S.n.º 223)	Mapa n.º 35/1998
07-04-1999 (DR II S.n.º 81)	Mapa n.º 14/1999
17-08-1999 (DR II S.n.º 191)	Mapa n.º 31/1999
31-03-2000 (DR II S.n.º 77)	Mapa n.º 15/2000
30-09-2000 (DR II S.n.º 227)	Mapa n.º 27/2000
01-10-2001 (DR II S.n.º 228)	Mapa n.º 38/2001
06-07-2002 (DR II S.n.º 154)	Mapa n.º 19/2002
26-03-2003 (DR II S.n.º 73)	Mapa n.º 12/2003
30-07-2003 (DR II S.n.º 174)	Mapa n.º 20/2003
24-07-2004 (DR II S.n.º 173)	Mapa n.º 164/2004
24-11-2004 (DR II S.n.º 276)	Mapa n.º 16/2004
28-04-2005 (DR II S.n.º 82)	Mapa n.º 9/2005
30-09-2005 (DR II S.n.º 189)	Mapa n.º 17/2005
24-03-2006 (DR II S.n.º 60)	Mapa n.º 8/2006
01-09-2006 (DR II S.n.º 169)	Mapa n.º 184/2006
10-05-2007 (DR II S.n.º 90)	Mapa n.º 12/2007
13-08-2008 (DR II S.n.º 156)	Mapa n.º 24/2008
2-04-2008 (DR II S.n.º 65)	Mapa n.º 178/2008